



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**LUANA PAULINO DA SILVA**

**CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO: Um estudo no município de  
Fagundes acerca do repasse das receitas e sua devida destinação no período de 2011 a  
2020**

**CAMPINA GRANDE  
2021**

LUANA PAULINO DA SILVA

**CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO NO  
MUNICÍPIO DE FAGUNDES ACERCA DO REPASSE DAS RECEITAS E SUA  
DEVIDA DESTINAÇÃO NO PERÍODO DE 2011 A 2020**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Ciências Contábeis.

**Área de concentração:** Contabilidade Pública e Gestão Pública

**Orientador:** Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Junior

**CAMPINA GRANDE  
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586c Silva, Luana Paulino da.

Contabilidade aplicada ao setor público [manuscrito] : um estudo no município de Fagundes acerca do repasse das receitas e sua devida destinação no período de 2011 a 2020 / Luana Paulino da Silva. - 2021.

24 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Gilberto Franco de Lima Júnior, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Contabilidade Pública. 2. Receita pública. 3. Despesa pública. 4. Transparência pública. 5. Administração pública. I. Título

21. ed. CDD 657.61

LUANA PAULINO DA SILVA

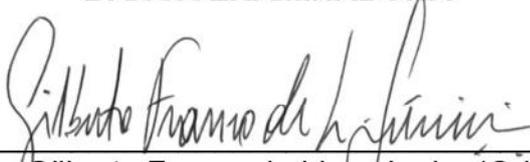
CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO  
DE FAGUNDES ACERCA DO REPASSE DAS RECEITAS E SUA DEVIDA  
DESTINAÇÃO NO PERÍODO DE 2011 A 2020

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Departamento do Curso de  
Ciências Contábeis da Universidade Estadual  
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção  
do título de Bacharelado em Ciências  
Contábeis.

**Área de concentração:** Contabilidade Pública  
e Gestão Pública

Aprovada em: 25/05/2021.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Junior (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

JOSE LUIS DE SOUZA:02441053400 Assinado de forma digital por JOSE LUIS DE SOUZA:02441053400  
Dados: 2021.05.25 22:14:39 -03'00'

Prof. Me. José Luís de Souza  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Ádria Tayllo Alves Oliveira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha família, pela compreensão, DEDICO.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Receitas próprias e de Transferências .....	14
Tabela 2 – Funcionários (Pessoal) .....	15
Tabela 3 – Despesa Orçamentária por Secretária (em Reais) .....	15

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Secretária de Educação .....	16
Gráfico 2 – Secretária de Saúde .....	17
Gráfico 3 – Secretária de Administração .....	18
Gráfico 4 – Secretária de Assistência Social .....	18
Gráfico 5 – Secretária de Urbanismo .....	19

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LOA	Lei Orçamentária Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
PSF	Programa Saúde da Família
TCEPB	Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

## SUMÁRIO

1.	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
2.	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	10
2.1	<b>Administração Pública</b> .....	10
2.2	<b>Contabilidade Pública</b> .....	11
2.2.1	<i>Orçamento Público</i> .....	11
2.3	<b>Receita e Despesa Pública</b> .....	12
3.	<b>METODOLOGIA</b> .....	12
3.1	<b>Caracterização da Pesquisa</b> .....	12
3.2	<b>Recorte Espacial</b> .....	13
3.3	<b>Delineamento Da Pesquisa</b> .....	13
4.	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	13
5.	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	19
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	20

## CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE FAGUNDES ACERCA DO REPASSE DAS RECEITAS E SUA DEVIDA DESTINAÇÃO NO PERÍODO DE 2011 A 2020

Luana Paulino da Silva

### RESUMO

A sociedade tem buscado compreender os gastos públicos, assim como, a busca pela transparência e efetividade desses gastos. Nessa perspectiva, os gastos empreendidos pela gestão pública devem estar entrelaçados às demandas e aos desejos da sociedade. Diante disso, esta pesquisa objetiva identificar como foram distribuídos os repasses realizados pelo governo federal para o município de Fagundes-PB no período de 2011 a 2020. Para atingir tais objetivos o artigo foi delineado metodologicamente em: (i) documental, (ii) quantitativo, (iii) bibliográfico, (iv) descritivo, (v) pesquisa de campo e; (vi) estudo de caso. A coleta dos dados foi realizada a partir do banco de dados do Sagres Online e analisados através da ferramenta Excel. O estudo apontou que por motivos administrativos, no que diz respeito a folha de pagamento, foram gastos em média (63,06%) no período de 2011 a 2020, o que levou a ultrapassar os limites básicos do município (60%). A pesquisa também identificou que ao longo desses anos as secretárias de urbanismo e de administração receberam atenção durante esse período, atingindo mesmo que de forma mais sutil as suas metas, enquanto as demais receberam maiores empenhos, assim os achados da pesquisa apontam que no município de Fagundes, a administração dos recursos públicos demonstrou-se de forma positiva e favorável ao patrimônio público onde seguiu as práticas estabelecidas pela contabilidade pública.

**Palavras-chave:** Contabilidade Pública. Receitas e Despesas Públicas. Administração. Transparência.

### ABSTRACT

Society has sought to understand public expenditures, as well as the search for transparency and effectiveness of these expenditures. In this perspective, the expenditures undertaken by public management must be intertwined with the demands and desires of society. Therefore, this research aims to identify how the transfers made by the federal government to the municipality of Fagundes-PB were distributed in the period from 2011 to 2020. To achieve these objectives, the article was methodologically outlined in: (i) documentary, (ii) quantitative, (iii) bibliographic, (iv) descriptive, (v) field research and; (vi) case study. Data collection was performed from the Sagres Online database and analyzed using the Excel tool. The study pointed out that for administrative reasons, with regard to payroll, they were spent on average (63.06%) in the period of 2011 to 2020, which led to exceeding the basic limits of the municipality (60%). The survey also identified that over these years the secretaries of urban planning and administration received attention during this period, reaching even more subtly their goals, while the others received greater efforts, thus the research findings indicate that in the municipality of Fagundes, the administration of public resources was shown to be positive and favorable to public assets, where it followed the practices established by public accounting.

**Keywords:** Public Accounting. Public Revenue and Expenditure. Management. Transparency.

---

\*Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, Campina Grande-PB.  
Email: luanapaulinosilva23@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

Com a descentralização ocorrida no Brasil no ano de 1988, consolidado pela Constituição Federal Brasileira, deu início a autonomia fiscal, política e administrativa dos municípios (BRASIL, 2008).

O orçamento público municipal também passou por mudanças, ganhou uma maior complexidade, e surgiu a necessidade de apresentar mecanismos mais eficientes para a elaboração, execução e prestação das contas previstas no orçamento daquele período.

De acordo com Andrade (2013), a administração pública deve enfatizar o uso da informação contábil verdadeira e no momento oportuno, sendo fundamental para o gestor público na destinação dos recursos que tem à disposição. Cabe ao gestor público a introdução e fazer uso da tecnologia em sua administração de forma a otimizar o seu trabalho.

Ao administrador público compete a prestação dos serviços de forma que proporcione a melhoria para a população garantindo o interesse da sociedade, bem como, os agentes públicos devem respeitar os limites impostos pela administração, agindo de modo desinteressado, impessoal e proporcionando igualdade de tratamento para indivíduos que se encontrarem em mesma situação.

Caso um administrador ou gestor público pratique algo ilegal contra os princípios da administração pública, o mesmo pode ser julgado por improbidade administrativa.

Na avaliação de Oliveira (2007) apud Filho et. al. (2017), afirma que para que haja um efetivo controle da execução orçamentária e financeira é indispensável à função da contabilidade, no sentido de prestar as informações que representem de forma fidedigna a realidade econômico-financeira e patrimonial do conjunto de órgãos e entidades públicas.

Para isso, conta-se com os princípios orçamentários de forma a estabelecer as regras básicas, e conferir a racionalidade, eficiência e transparência aos processos desde a sua elaboração, execução e controle do orçamento.

No orçamento público constam as receitas e despesas previstas para aquele ano-calendário. As despesas são os dispêndios empreendidos pela gestão para atender as demandas da sociedade (Angêlico, 2012). São três estágios obrigatórios tratados na Lei nº 4.320/64, são eles: O empenho, Liquidação e Pagamento.

O empenho trata-se de quando o governa destina a verba que será paga quando o projeto for finalizado e entregue. A liquidação e o pagamento referem-se ao recebimento do bem ou projeto, e que ele tenha sido entregue de acordo com o que foi proposto.

Vale ressaltar que para todo processo orçamentário existe sua obrigatoriedade estabelecida na Constituição Federal, que determina a real necessidade do planejamento das ações do governo.

Na visão de Bovo (2016), apud Filho (2017), cerca de 3000 municípios brasileiros, possuem aproximadamente 90% de suas receitas originadas dos fundos de transferências da União, ou seja, não possuem uma renda advinda de suas próprias arrecadações necessitando desse estímulo para quitação de suas despesas mensais.

O rateio que existe da receita proveniente da arrecadação dos impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental na busca por amenizar as desigualdades existentes em cada região, de maneira a promover o equilíbrio socioeconômico entre os Estados e Municípios.

Neste aspecto, concerne ao Tesouro Nacional efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Para Frata e Peris (2004), os repasses financeiros se dá por meio da ampliação da competência tributária dos Estados e Municípios através das Leis Complementares nº61/1989, nº63/1990 e nº 91/1997 que dispõe sobre a repartição de receita e subdivisão de fundos.

A competência tributária pode ser classificada como uma limitação no poder de tributar. Mesmo o estado sendo legitimado e detenha a competência de instituir, legislar, arrecadar e fiscalizar os tributos, o mesmo não age de acordo com sua própria vontade, já que deve atuar de acordo os limites impostos pelo contribuinte.

As receitas e despesas devem ser informadas de forma que os cidadãos tenham acesso à mesma em plataformas digitais como o Sangres e portais de Transparências. Ficando para o Tribunal de Contas a responsabilidade pelo acompanhamento de todo o processo e garantir assim a transparência, o cumprimento das leis e aplicação das ferramentas necessárias para o norteamento do planejamento e orçamento público (BRASIL, 2013).

Diante da grande relevância na transparência pública e com as despesas públicas, o presente estudo tem como questionamento direcionador a problemática seguinte: **Como foram distribuídos os repasses realizados pelo governo federal para o município de Fagundes no período de 2011 a 2020?**

Através desse contexto, esta pesquisa investigou a divisão das despesas municipais relacionadas com todas as secretárias de Fagundes no período entre 2011 e 2020. Tendo como objetivo geral avaliar como os repasses federais recebidos nesse período entre 2011 e 2020 foram distribuídas através das secretárias do município. E como objetivos específicos: (i) investigar o total usado de receitas no município; (ii) avaliar os gastos de cada secretária, através de suas despesas; (iii) auxiliar na transparência pública, através do estudo e compartilhamento dos dados.

A justificativa desta pesquisa é fornecer um melhor entendimento sobre a divisão das referidas receitas tributárias para as secretárias, em face do gasto total dos impostos nos anos investigados no período de 2011 a 2020.

A presente pesquisa está estruturada em quatro seções: A primeira seção é a introdutória com a apresentação dos conceitos relevantes para tal entendimento e que fundamentaram essa pesquisa, a segunda seção o referencial teórico que faz um norteamento sobre a temática em estudo, o terceiro o processo metodológico para a elaboração do artigo a análise de dados; e por fim as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Administração Pública**

Pode se entender como administração pública como sendo uma gestão de interesses públicos realizada através da prestação de serviços que podem ser de duas formas direta e indireta além de como um conjunto de serviços e de agentes do Estado que procuram satisfazer as necessidades da sociedade, como exemplo a educação, a cultura, a segurança, saúde, etc. (BRASIL ESCOLA, 2021). Dessa forma pode se entender como administração pública como sendo uma gestão de interesses públicos realizada através da prestação de serviços que podem ser de duas formas direta e indireta.

No Decreto-lei 200/67 ficou definido como administração pública federal: A Administração Direta e Administração Indireta. Na Administração Direta, ela abrange os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) o que compreende o conjunto de órgãos responsáveis pela administração da Presidência da República e dos Ministérios, secretárias do estado e na administração municipal. A Administração Indireta é formada pelas entidades públicas atribuídas por personalidades jurídica própria, criadas por lei e vinculada aos seus ministérios.

A administração pública pode ser definida como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para a consecução dos interesses coletivos e subjetivamente como o

conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais as leis atribuem o exercício da função administrativa do Estado.

Para Meirelles (1964), “Administração pública não há liberdade pessoal”. Enquanto na administração privada é lícito fazer tudo que a lei não proíbe ou restringe, na administração pública só é permitido se fazer aquilo que autorizado por lei, ou seja, nem tudo que eu possa julgar como sendo certo de fato pode ser considerado de tal maneira.

Toda concessão realizada pelo Estado será realizada exclusivamente por meio de licitação, processo no qual é realizado uma análise das propostas que sejam mais vantajosas para o Estado, ou seja, uma forma utilizada para que seja realizado um uso racional dos recursos públicos.

## **2.2 Contabilidade Pública**

A Contabilidade Aplicada ao setor público é o ramo da ciência que aplica no processo gerador de informações os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados no controle patrimonial de entidades do setor público.

Um dos objetivos da contabilidade aplicada ao setor público pode ser entendido como uma forma de fornecer aos seus usuários as informações sobre os resultados que foram alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público, assim como as mutações, apoiando na tomada de decisões, na adequada prestação de contas e na instrumentalização do controle social.

A contabilidade pública para atingir aos seus objetivos utiliza critérios, métodos e técnicas da ciência contábil que será responsável pelo acompanhamento da evolução do patrimônio público.

A contabilidade pública constitui uma das subdivisões da Contabilidade Aplicada (PSICITELLI, 2015). Seus processos e suas regras de regulamentação estão na Lei nº 4.320/1964 que institui as normas a cerca dos orçamentos da União, Estados e Municípios, tendo como principal objeto de estudo o patrimônio público, no qual deve fornecer informações aos seus usuários nos aspectos econômico, físico, orçamentário e financeiro (ANDRADE, 2017; PADOVEZE, 2012). Essa lei surge como uma maneira de direcionar a aplicabilidade da contabilidade no âmbito público, com seu foco principal no patrimônio público.

A contabilidade pública ganhou uma maior importância e valorização após o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). O que ocasionou um olhar mais atento por parte da população sobre o orçamento público. Em busca de informações sobre o que foi repassado até a conclusão, se foi de fato atendido ao que o projeto propôs ou ultrapassou o teto de gastos para a sua entrega.

A contabilidade aplicada dentro do setor público registra previsão de receitas, fixação de despesas e as possíveis alterações introduzidas no orçamento, além de examinar operações de crédito e acompanhar todo o caminho da execução orçamentária garantindo que ela seja seguida de acordo com a lei de nº 4.320/64, conforme Nunes, Oliveira, Béu, (2015), apud Filho et. al. (2017), sendo assim a funcionalidade da contabilidade pública vem também com a necessidade de garantir do início ao fim a execução da operação sem fugir do que foi previsto no orçamento aprovado.

### **2.2.1 Orçamento Público**

O Portal da Transparência (2021) definiu orçamento público como um instrumento que o Governo Federal utiliza para arrecadar os impostos, taxas, contribuições de melhorias dentre outros. Esse orçamento é de suma importância para que possam ser oferecidos serviços

públicos adequados, além de especificar os gastos e os investimentos que foram priorizados pelos poderes.

Com a junção da lei nº 4.320/64 a implementação orçamento-programa e a reforma orçamentária ocorrida no final da década de 1990 resultou na criação do Decreto nº 2.829/98, que serviu para implementar na elaboração e execução do PPA (Plano Plurianual) e recentemente a Lei de Responsabilidade Fiscal, uniformizando os procedimentos orçamentários nas três esferas do governo. Finalizando assim uma única linguagem da classificação orçamentária de receitas e despesas (ALVES, 2006; SILVA, 2013; ANDRADE, 2017), dessa forma garantindo um melhor entendimento acerca das despesas e receitas destinadas a cada município.

## **2.3 RECEITA E DESPESA PÚBLICA**

Despesa Pública são os gastos efetuados pelos entes públicos de acordo com a lei, a qual determina as circunstâncias que permitem o uso do dinheiro público. Essas despesas podem ser classificadas como Correntes e Transferências Correntes, são consideradas como Correntes quando são relativas à sustentação, manutenção e continuidade da atividade típica do Estado, já se tratando das Transferências Correntes são as despesas que não tem correspondente contraprestação direta. A Lei nº 4.320/64 enumera as despesas correntes como despesas de custeio e transferências correntes.

Receita Pública são todos os recursos previstos na legislação e arrecadados pelo poder público, tendo a finalidade de realizar os gastos ou atendam às necessidades e demandas da sociedade, ou seja, é todo recurso obtido pelo Estado para atender aos gastos públicos indispensáveis às necessidades da população. As receitas públicas se dividem em Orçamentária e Extraorçamentária. Receita Orçamentária é a receita que decorre da Lei orçamentária, e a Extraorçamentária são aquelas que não constam na LOA e compreende as entradas de caixa ou créditos de terceiros que o Estado tem a obrigação de devolução ou recolhimento.

## **3 METODOLOGIA**

### **3.1 Caracterização da Pesquisa**

A atual pesquisa é classificada como pesquisa Quanti-qualitativa, bibliográfica, descritiva, pesquisa de campo, estudo de caso para conhecer como foram distribuídas as despesas públicas no município de Fagundes no período de 2011 a 2020. A pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis (Gil, 1999), devendo assim descrever a pesquisa de forma objetiva.

O estudo de caso busca reunir as informações de forma detalhada e sistemática. Já a pesquisa de campo busca a informação diretamente com a população pesquisada.

A pesquisa bibliográfica oferece meios para definir e resolver problemas já conhecidos com o objetivo de permitir ao pesquisador o reforço na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações (MANZO, 1971). Cabendo a esse tipo de pesquisa a confiança final do pesquisador para saber se o que ele busca está correto ou não.

A pesquisa também é classificada como Quanti-qualitativa, sendo projetado para descrever a complexidade do problema, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos sociais, com a finalidade também de gerar as medidas precisas para análises estatísticas, evitando a distorção da análise e da interpretação da mesma.

Essa pesquisa será realizada utilizando como base os dados do Sangres do ano de 2020 no município de Fagundes, através de uma pesquisa no site do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCEPB), o qual mostra como as despesas públicas foram distribuídas nesse período compreendido entre 2011 e 2020.

### **3.2 Recorte Espacial**

Fagundes no século XIX, foi palco de dois movimentos populares da Paraíba e do Nordeste foi onde ocorreu o início da “Revolta do Quebra-Quilos” e o “Ronco da Abelha”.

Fagundes está na segunda emancipação política tendo a primeira ocorrido entre 1890 – 1892, por não contar com 10 mil habitantes voltou a condição de distrito de Campina Grande, e finalmente conseguiu ser cidade novamente através da Lei nº 2.661 de 22 de dezembro de 1961. O município no ano de 2011 sua população era estimada em 11. 368 habitantes (Censo Demográfico de 2011/ IBGE).

Conta com uma renda per capita, o PIB da cidade de Fagundes é de 8.195, 91 (IBGE). Possui um hospital, e conta com 05 unidades do PSF na rede municipal com o atendimento em saúde básica. Diante deste cenário administrativo o índice de saneamento básico ainda é bastante insignificativo, por apresentar poucas informações acerca deste serviço.

O município conta com 8 secretárias: Administração, Finanças, Infraestrutura, Saúde, Secretária de Educação, Cultura Esporte e Turismo, Secretaria de Bem Estar Social, e Secretária de Agricultura.

### **3.3 Delineamento da Pesquisa**

O delineamento desta pesquisa foi através dos dados recolhidos no Site do Sagres/ <https://sagres.tce.pb.gov.br> no ano 2020, onde foi tabulado em Excel e representado por gráficos através das análises das planilhas apresentadas pelo site do Sangres Online.

Identificando com o auxílio do “Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – Sagres Online”, os dados coletados da Prefeitura Municipal de Fagundes (Atualizado até 12/2020). Esses dados coletados possui o detalhamento dos recursos municipais. Os critérios para escolha do Tribunal de Contas evidenciam os dados como verídicos para a pesquisa desenvolvida.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O objetivo desta pesquisa foi avaliar como os repasses federais recebidos no período de 2011 e 2020 foram distribuídas através das secretárias do município de Fagundes recursos esses que foram distribuídas através de gestão organizacional de cada secretária do município. A pesquisa teve como fonte de dados o site do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (Portal Sangres Online), o IBGE e o Site da Prefeitura de Fagundes (Atualizados até 12/2020).

**Tabela 1: Receitas próprias e de Transferências**

Receitas próprias e de Transferências										
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Receitas Correntes</b>	19.767.953,56	16.886.623,06	20.763.308,93	20.592.215,43	21.534.537,89	18.233.014,00	25.608.609,42	25.643.730,71	12.868.364,47	17.856.676,81
<b>Receita Tributária</b>	167.000,52	140.334,97	156.018,45	245.259,60	301.067,69	633.466,97	370.995,97	426.597,28	400.981,36	313.353,43
<b>Receita de Contribuições</b>	-	-	-	-	-	-	-	183.691,97	-	198.234,67
<b>Receita Patrimonial</b>	36.547,14	45.586,23	93.171,86	163.554,97	175.641,64	-	116.614,77	67.674,31	27.319,26	30.580,16
<b>Receita de Serviços</b>	-	-	-	210	460	124.711,48	18.124,22	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	19.511.075,89	16.541.690,43	20.403.529,57	20.182.803,36	21.054.712,04	16.827.979,37	25.060.937,43	24.963.383,40	12.440.063,85	17.314.358,55
<b>Outras Receitas Correntes</b>	53.330,01	159.011,43	110.289,05	387,5	2.656,52	442.118,20	41.937,03	2.383,75	-	150
<b>Receita de Capital</b>	1.363.969,38	2.329.081,74	223.193,77	821.277,34	593.587,72	8.691.329,00	107.427,55	978.375,71	142.590,00	664.280,04
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-	44.937,73	881.798,40	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	1.363.969,38	2.329.081,74	223.193,77	821.277,34	548.649,99	6.208.940,54	107.427,55	978.375,71	142.590,00	664.280,04
<b>TOTAL</b>	21.131.922,94	19.215.704,80	20.986.502,70	21.413.492,77	22.128.125,61	17.351.215,60	25.716.036,97	26.622.106,42	13.010.954,47	18.520.956,85

Fonte: Adaptado de Sangres (2020).

Conforme a Tabela 1, a principal renda do município são os tributos públicos, pode se avaliar que o índice de arrecadação é baixo o que impacta de forma direta na gestão da administração do município, tendo em vista a dependência de receitas de transferências que sugere uma arrecadação baixa. Desta forma, se faz necessário uma avaliação dos motivos que levam a tal valor arrecadado. Não obstante, em comparação a outros municípios dentro do estado que apresentam em comum o mesmo porte a principal causa se dá pela falta de iniciativas na cobrança de impostos municipais, o baixo índice de atividades que gerem impostos e a falta de desenvolvimento econômico.

Tabela 2: Funcionários (Pessoal)

Funcionários (Pessoal)										
Anos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Folha de Pagamento Total (em Reais)</b>	6.483.753,86	8.212.512,95	8.702.438,86	11.300.180,07	12.515.046,06	12.888.960,88	12.268.800,60	13.308.708,20	13.672.456,83	15.443.049,62
<b>Despesa Total (em Reais)</b>	7.491.284,94	7.988.453,20	11.860.813,16	13.218.978,80	14.693.061,85	15.227.249,80	15.637.829,49	14.686.223,70	15.182.086,29	16.495.292,10
<b>Porcentagem</b>	86,55%	102,80%	74,00%	85,48%	85,00%	84,64%	79,00%	90,62%	90,00%	93,62%
<b>Média</b>	87,17%									

Fonte: Adaptado de Sangres (2020).

De acordo com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, o valor máximo a ser investido com a folha de pagamento não pode exceder 60% da receita corrente líquida, mas por motivos administrativos foram gastos em média nesse período de 2011 a 2020, 63,06% o que levou a ultrapassar os limites básicos do município vale ressaltar que as (contas do município foram aprovadas pelo TCEPB), mantendo o valor gasto pelo gestor municipal. No entanto cabe observar que o alto valor percentual gasto com despesa de pessoal gera um grande impacto na gestão pública. Diante disso pode se entender que os gastos feitos pelo município durante esse período avaliado de 10 anos não foram investimentos que gerasse um alto retorno, conforme a tabela 2, pode-se ver o valor que foi destinado para pagamento de pessoal.

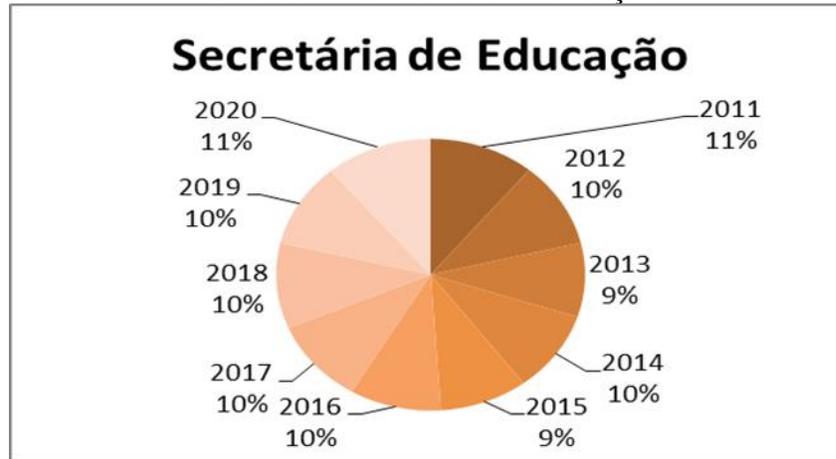
Tabela 3: Despesa Orçamentária por Secretária

Despesa Orçamentária por Secretária (em Reais)										
Secretárias com maior investimento anual	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Administração</b>	1.386.791,92	1.125.136,74	1.250.148,39	1.441.632,64	1.386.647,08	3.196.114,74	4.095.430,80	1.878.116,49	1.978.901,82	2.305.256,32
<b>Assistência Social</b>	1.384.103,91	1.902.021,78	1.051.467,01	1.171.365,34	1.640.137,83	1.076.964,55	752.123,54	835.233,11	887.513,04	1.160.241,00
<b>Educação</b>	6.261.199,95	7.453.017,72	9.048.262,86	9.423.154,45	10.430.913,48	10.852.636,72	11.078.053,27	10.623.838,52	11.506.368,94	11.840.160,67
<b>Saúde</b>	2.670.439,40	2.633.920,66	3.217.142,62	4.348.946,36	3.938.657,61	3.693.991,10	4.351.112,16	6.011.061,28	6.288.215,42	7.639.815,20
<b>Urbanismo</b>	1.633.890,61	1.639.785,30	841.796,31	1.256.344,27	1.232.664,84	1.298.334,01	1.332.151,48	1.582.153,28	1.829.154,48	2.691.502,94
<b>TOTAL</b>	13.336.425,79	14.753.882,20	15.408.817,19	17.641.443,06	18.629.020,84	20.118.041,12	21.608.871,25	20.930.402,68	22.490.153,70	25.636.976,13

Fonte: Adaptado de Sangres (2020).

De acordo com a tabela 3, as despesas orçamentárias apresentadas a Secretária de Educação foi uma das que mais teve despesas no período, seguida pela Secretária de Saúde que seguindo o que a Lei de Responsabilidade Fiscal orienta ser estipulado um maior limite de despesas para essas duas secretárias.

**Gráfico 1 - Secretária de Educação**



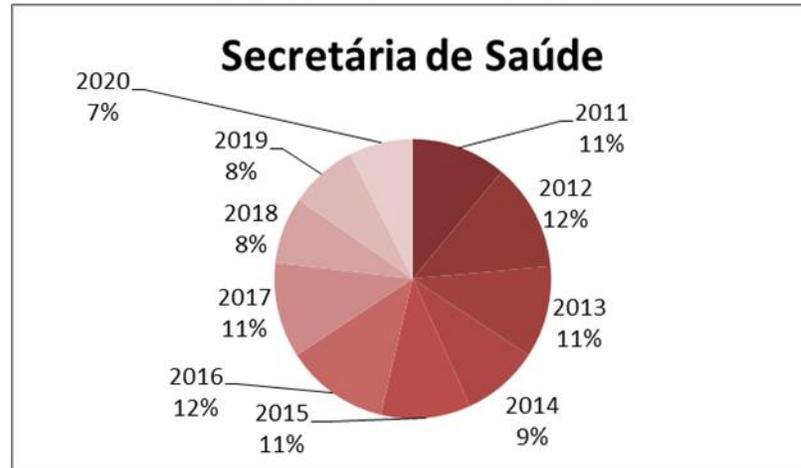
**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2020).

Conforme os dados apresentados na pesquisa, pode-se chegar a confirmação acerca das despesas orçamentárias nos anos de 2011 a 2020, com as despesas definidas por Secretárias, diante dessa observação nota-se que a Secretária de Educação foi a que mais recebeu empenho e investimento por parte da Prefeitura, empenho esse que aumentou de forma singela no decorrer de cada ano, vale destacar que em meio a uma pandemia que as escolas tiveram que se reinventar o ano de 2020 foi justamente o que mais recebeu investimento.

O IDEB 2019, mostrou que nos anos iniciais das crianças matriculadas na rede pública cresceu, mais não o suficiente para atingir a meta de 6,0. Vale salientar que a média para o município era de 5,2 diante dessa situação o desafio é de garantir um maior fluxo escolar, no último IDEB o município ficou com a nota 4,2 para as séries iniciais (Ensino Fundamental), já para as séries finais (Ensino Médio) a média para o município foi de 4,3 mas ficou abaixo atingindo apenas 3,3.

Diante de tais resultados pode-se entender que apesar do município estar cumprindo com a meta estabelecida pela lei de responsabilidade fiscal, ainda precisa avançar nesse ponto da educação, alavancando a nota do IDEB e investindo mais na secretária e no engajamento da população para atingir tais resultados, buscando o motivo de uma possível evasão escolar e quais as dificuldades que estão impedindo que se atinja a meta proposta.

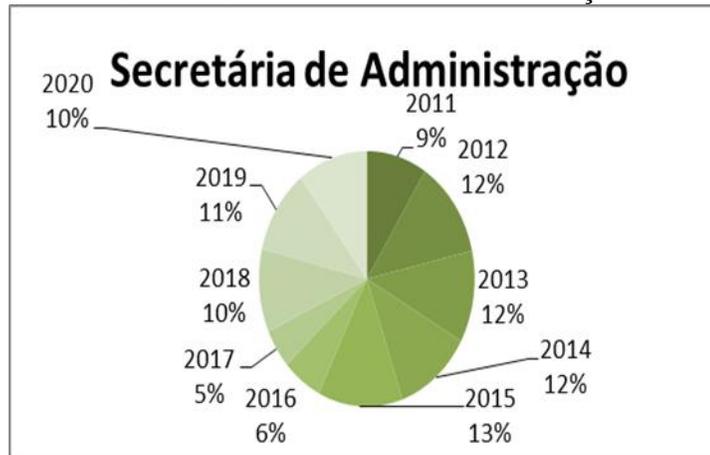
Gráfico 2 - Secretária de Saúde



**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2020).

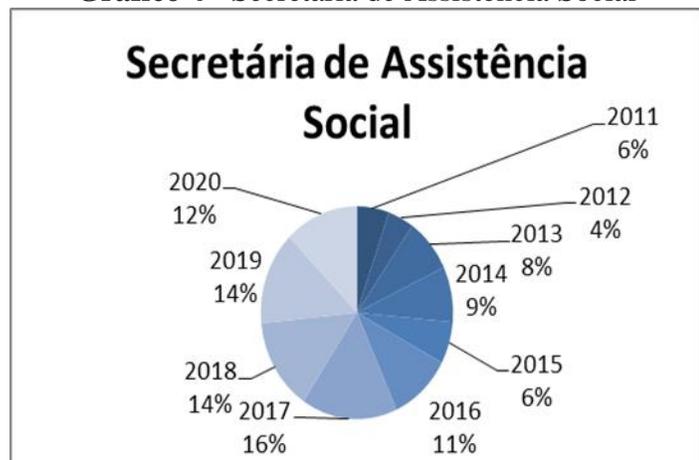
Seguindo o raciocínio de análise o gráfico 4 que representa as despesas orçamentárias repassadas a Secretária de Saúde podemos ver que foi a segunda secretária que mais recebeu empenho no período avaliado, mais podemos notar que entre os anos de 2011 a 2017 se manteve uma média que oscilou entre 11 % e 12%, e que a partir do ano de 2018 esse percentual não ultrapassou a casa dos 8%, lembrando que o município possui um hospital e conta com 05 UBS (Unidades Básicas de Saúde). É algo que impacta de forma direta a população tendo em vista principalmente por se tratar de uma população que busca por esses atendimentos evitando o deslocamento para uma cidade vizinha, assim cabe serem revistos por parte da gestão acompanhar de forma mais assídua os investimentos repassados pelo governo federal, priorizando e alocando melhor esses empenhos, lembrando ainda que devem ser tratados como prioridade a infraestrutura e o saneamento básico, já que ambos colaboram para um efetivo trabalho na área de saúde básica. Contando com uma taxa de mortalidade infantil uma média de 5,52 para cada 1.000 nascidos vivos, já as internações ocasionadas por diarreias são de 0.6 para cada 1.000 habitantes (IBGE, 2017).

Em relação ao esgotamento sanitário no último censo, apenas 10,8% dos domicílios possuíam uma destinação correta de seus resíduos, o que necessita de uma atenção já que reflete de forma direta a saúde dos municípios. Onde apresenta uma população mais urbana já que 88,5% dos domicílios estão localizados na área urbana e apenas 11,5% na zona rural contando, com vias públicas arborizadas em 6,4% mais precisamente e a presença de bueiro, calçadas, pavimentação e meio-fio (IBGE, 2010).

**Gráfico 3 - Secretária de Administração**

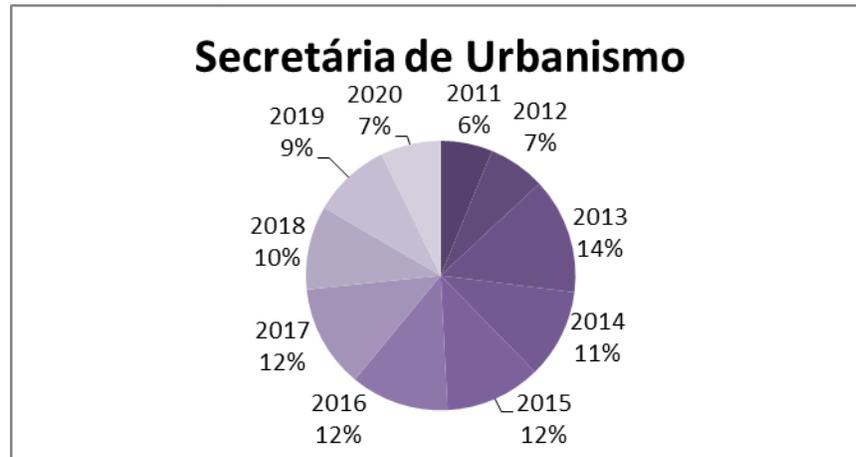
**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2020).

Na Secretária de Administração o índice se manteve ao longo dos 10 anos analisados uma média entre 9% e 12%, lembrando que nesse período houve troca de gestão saiu do ex-prefeito Gilberto Muniz que atuou entre os anos (2005-2012) exercendo dois mandatos, passou para o também ex-prefeito José Pedro (2013-2016), e atualmente a Prefeita Magna Rissuci (2017-2020) estando agora em seu 2º mandato, dessa forma foram 3 gestores a frente da cidade onde cada um teve uma maneira diferente de gerir.

**Gráfico 4 - Secretária de Assistência Social**

**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2020).

A Secretária de Assistência Social que fica responsável pelo planejamento, coordenação e execução de trabalhos sociais, dando assistência a famílias carentes, e desenvolvendo projetos que melhorem o dia a dia, se manteve numa média estatística não variando muito apenas no ano de 2017 que apresentou um aumento e desde então permaneceu numa média de 14%.

**Gráfico 5 - Secretária de Urbanismo**

**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2020).

Dessa forma a Secretária de Urbanismo que entre os anos de 2015 a 2017 mantinha uma média, mais nos anos seguintes esse percentual caiu veementemente.

Sendo assim, a valorização e o investimento em empreendimentos econômico-sociais que se tratam de prioridades numa gestão que são responsáveis na execução, no planejamento, no devido controle e avaliação fixados nas despesas orçamentárias que possibilita uma melhor distribuição para as secretárias.

Dessa forma, diante do resultado apresentado ao longo dessa pesquisa, notou-se que as práticas de contabilidade aplicada ao setor público durante o período entre 2011 e 2020, foram executadas de forma aprazível, mais cabe ao gestor continuar tendo como prioridade investir na educação e na saúde, onde compreende um maior impacto nas despesas orçamentárias necessitando assim de um maior investimento de recursos públicos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo avaliar como os repasses federais recebidos nesse período entre 2011 e 2020 foram distribuídas através das secretárias do município. Para atingir este objetivo foi classificada como quanti-qualitativa, bibliográfica, descritiva, pesquisa de campo e estudo de caso. Em síntese, após a análise sobre as práticas utilizadas na contabilidade pública em ênfase principalmente nas despesas públicas, pode-se constatar que nesse período entre 2011 e 2020 no município de Fagundes, os 3 gestores que estiveram à frente nesse intervalo de tempo investiram a maior parte de suas receitas na Secretária de Educação. Porém se faz saber que a tarefa de administrar que cabe a um gestor público, fica também a cargo do mesmo promover a cidadania e garantir que os direitos de todos sejam respeitados de forma que promova ações e destine parte de suas receitas a outras secretárias, que haja uma maior distribuição e que seja de forma mais uniforme.

Quanto as demais secretárias a distribuição dos recursos, houve uma preocupação para destinar em segundo plano a Secretária de Saúde cabendo uma atenção por parte do gestor municipal tendo em vista que se trata de um instrumento que cabe de forma constitucional e jurídico que o cidadão possua acesso a assistência médica. Para atingir tal objetivo cabe o Fundo Municipal de Saúde ter essa visão e busque ter essa consciência cidadã.

É sempre bom lembrar que só através do fundo é que podem ser previstos todos os pagamentos que serão destinados a saúde, e a educação quanto as demais secretárias cabe a própria prefeitura efetuar esses pagamentos. Ficando assim limitado os pagamentos apenas através do fundo de saúde não podendo outro setor da prefeitura estar vindo a realizar tais pagamentos.

Essa pesquisa foi realizada por observação no que tange as práticas aplicada a contabilidade no setor público, e identificou que ao longo desses anos (2011-2020) as secretárias de urbanismo e de administração também receberam atenção durante esse período, atingindo mesmo que de forma mais sutil as suas metas. A administração dos recursos públicos demonstrou-se de forma positiva e favorável ao patrimônio público onde seguiu as práticas estabelecidas pela contabilidade pública.

Como limitação da pesquisa, destaca-se o tamanho da amostra de um município, como estudo de caso, assim como a não disponibilidade de todas as informações prestadas pelos órgãos. Nesse aspecto, destaca-se algumas sugestões para próximos estudos: (i) a relação desempenhada entre as verbas repassadas por parte do governo federal ao município e sua devida destinação a cada secretária, (ii) o aumento no número de municípios pesquisados e (ii) a comparação entre municípios e o estado, e/ou região.

#### REFERÊNCIAS

ALVES, J. N. **Princípios orçamentários no contexto das Constituições e Leis Orçamentárias**. 2006. Trabalho apresentado para conclusão do Curso de Pós-Graduação da UnB. Área de concentração: Contabilidade e Orçamento – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ANDRADE, N. de A. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 5ª ed. São Paulo Atlas, 2013.

ANGÊLICO, J. Contabilidade Pública. 8ª. Ed.- 16. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. Métodos com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BOVO, J. M. Gastos sociais dos municípios e desequilíbrio financeiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 93-117, jan/fev, 2001.

BRASIL. **MANUAL da lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios**. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. 1º edição, Brasília, 2013. Disponível em: <[https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/manual\\_lai\\_estadosmunicipios.pdf](https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicipios.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Transferências Intergovernamentais no Brasil**: Diagnóstico e proposta de reforma. Consultoria Legislativa do Senado Federal, Brasília, 2008.

BRASIL ESCOLA. **Política - Administração Pública**. Disponível em:  
<<https://brasilecola.uol.com.br/politica/administracao-publica.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2021

FILHO, A. R. de C. et. al. **Orçamento Público: análise financeira governamental de indicadores da receita operacional em um município do sertão central**. Revista Expressão Católica, v. 6, n. 2, jul/dez, ISSN. 2357-8483, 2017.

FRATA, A. M.; PERIS, A. F. Análise de composição das finanças municipais nos municípios paranaenses. In: **Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas 3**, Cascavel, 2004.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo, Atlas, 1999.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>> Acesso em: 2 maio. 2021

MANZO, A. J. **Manual para la preparación de monografías**. Uma guia para apresentar informes y tesis. Buenos Aires: Humanistas, 1971.

MEIRELLES, H. L. **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1964

PADOVEZE, C. L. **Manual de Contabilidade Básica**. Contabilidade Introdutória e Intermediária. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Orçamento Público**. Disponível em:  
<<http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico>>. Acesso em: 2 maio. 2021

PSICITELLI, R. B. **Contabilidade Pública: Uma abordagem da administração financeira pública**. 13ed. São Paulo: Atlas 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES. Fagundes-PB. Disponível em:  
<<https://www.fagundes.pb.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

QEDU. FAGUNDES IDEB/INEP 2019. Disponível em:  
<<https://www.qedu.org.br/cidade/4571-fagundes/ideb>> Acesso em: 8 abr. 2021

SILVA, V. L. da. **A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática**. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2013

**Transferências Intergovernamentais no Brasil: Diagnóstico e proposta de reforma**. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília. 2008

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA. Sagres Online. Disponível em:  
<[https://sagres.tce.pb.gov.br/municipio\\_ind\\_ex.php](https://sagres.tce.pb.gov.br/municipio_ind_ex.php)> Acesso em: 8 abr. 2021

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por mais esta vitória, a conclusão do curso de Ciências Contábeis.

A Minha Família, em especial a minha mãe Maria do Socorro Correia da Silva, por todo o apoio e compreensão em minha caminhada acadêmica. A Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da UEPB pelo apoio nos momentos de dificuldades e de desânimo.

Agradeço especialmente a meu orientador Gilberto Franco, por ter acreditado em mim muito mais do que eu imaginava ser capaz de fazer. Manifesto aqui minha gratidão eterna por compartilhar sua sabedoria, o seu tempo e sua experiência.

Agradeço a todos os professores da UEPB por me proporcionar o conhecimento não apenas o racional, mas a manifestação do caráter e afetividade, novos ensinamentos, aprendizados no processo de formação profissional. A vocês, meus amados e queridos mestres minha eterna e mais sincera gratidão.

Aos meus amigos de sala, meu muito obrigado pelos inúmeros conselhos, pelos sorrisos, pelos desafios a cada etapa de nossa caminhada acadêmica, também por toda diferença em cada etapa desafiadora do nosso curso.

Enfim, a todos que contribuíram diretamente ou indiretamente para a conclusão desta etapa tão importante em minha vida, agradeço.